



Estratégia

CONCURSOS



Estratégia
CONCURSOS

IPHAN

PROF. ROSENVAL JÚNIOR

@PROFROSENVAL

BENS PÚBLICOS

PROF. ROSENVAL JÚNIOR

@PROFROSENVAL

Art. 20. São bens da União:

- I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
- II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;
- III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005\)](#)

V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI - o mar territorial;

VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

- IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
- X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;
- XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Cai na prova!

BENS DA UNIÃO

Terras DEVOLUTAS -> serão bens da UNIÃO, *se indispensáveis*:

- à **DEFESA** das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e
- à **PRESERVAÇÃO** ambiental

Cai na prova!

BENS DA UNIÃO

Lagos, rios e quaisquer correntes de água

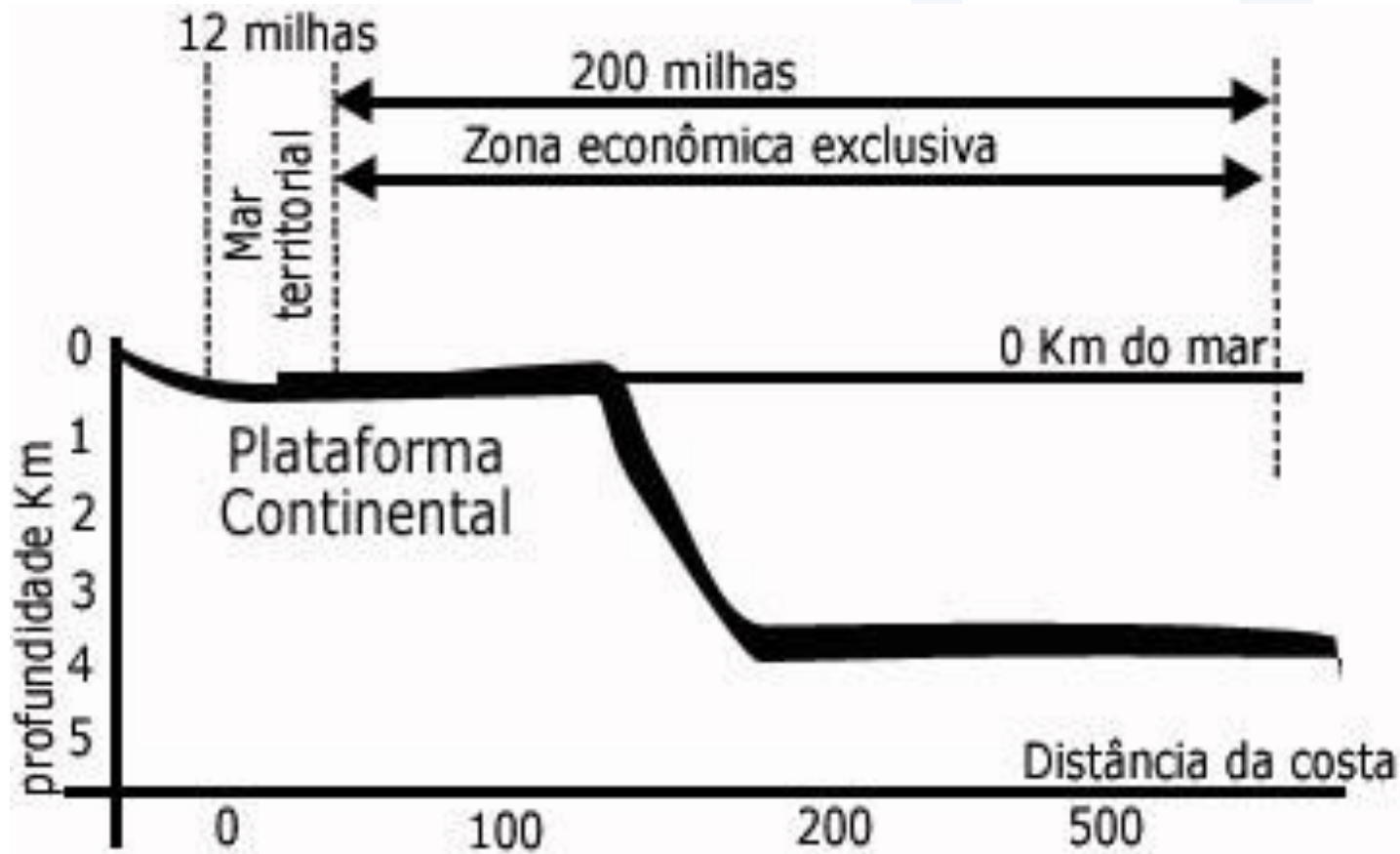
- em terrenos **de seu domínio**,
- Se banharem **mais de um Estado**,
- Se fizerem **limites com outros países**,
- Se **provierem de outro País** ou **estenderem-se para outro País**.



Cai na prova!

BENS DA UNIÃO

- Recursos NATURAIS:
 - Da plataforma continental e
 - Da zona econômica exclusiva
- Recursos MINERAIS
 - inclusive os do subsolo
- MAR territorial
- Terrenos de MARinha e seus acrescidos
- Potenciais de energia hidráulica
- CAVIDADES naturais subterrâneas e os SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E PRÉ-HISTÓRICOS
- Terras tradicionalmente ocupadas pelos ÍNDIOS



1ª BATERIA DE QUESTÕES

✓ 25 QUESTÕES DA BANCA CESPE SOBRE BENS DA UNIÃO

1 - CESPE - Auditor Estadual de Infraestrutura - TCM-BA - 2018

As cavidades naturais subterrâneas são patrimônio do estado onde se localizarem.

ERRADO.

2 - Juiz - TRF 3 - 2016

Incluem-se entre os bens dos Estados as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.

ERRADO.

3 - CESPE - Auditor Estadual de Infraestrutura - TCM-BA - 2018

Os recursos minerais do subsolo são de propriedade do município em que forem encontrados.

ERRADO.

4 - CESPE - TRF1 - 2017

Os recursos minerais, incluídos os do subsolo, são bens da União.

CERTO.

5 - CESPE – Procurador - TCU

Entre os bens da União estão os recursos minerais do solo e do subsolo.

CERTO.

6 - CESPE - TRE PE - 2017

Incluem-se entre os bens do estado da Federação os recursos minerais, inclusive os do subsolo.

ERRADO.

7 - CESPE - Direito

Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, pertencem aos estados-membros.

ERRADO.

8 - CESPE - Consultor Legislativo – Câmara dos Deputados

Os recursos minerais encontrados dentro de uma propriedade privada pertencem ao particular, e somente serão considerados públicos se a lavra estiver dentro de imóvel de propriedade da União ou em terras devolutas.

ERRADO.

9 - CESPE - Analista em Ciência e Tecnologia Júnior - CNPQ

Consideram-se terras da União as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações, das construções militares e das vias federais de comunicação, bem como indispensáveis à preservação ambiental.

CERTO.

10 - CESPE – ANAC

**As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras pertencem à União.
CERTO.**

11 - CESPE – Analista Ministerial - MPE TO

**Todas as terras devolutas pertencem à União.
ERRADO.**

12 - CESPE – Defensoria Pública - SE

**Todos os tipos de terras devolutas são bens da União.
ERRADO**

13 - CESPE - Oficial Técnico de Inteligência - Área 2 – ABIN - 2018

As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras e os terrenos de marinha e seus acrescidos são bens pertencentes à União.

CERTO.

14 - CESPE - TJDFT

Conforme previsão constitucional, são bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

CERTO.

15 - CESPE - Cargos de Nível Médio – EMAP - 2018

As atuais terras indígenas demarcadas e localizadas no estado do Maranhão são bens públicos federais.

CERTO.

16 - CESPE - Técnico de Informática – TCE RN

**São bens dos estados-membros da Federação as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
ERRADO.**

17 - CESPE - Auditoria, Fiscalização, Ouvidoria e Transparência - CGM João Pessoa - 2018

**Os rios que banhem mais de um estado e que sejam
provenientes de outros países são considerados bens da União.
CERTO.**

18 - CESPE - Cargos de Nível Médio – EMAP - 2018

Rio que banhe os estados do Maranhão e do Piauí é um bem da União.

Certo

19 - CESPE

São considerados bens da União os rios e quaisquer correntes de água em terrenos que sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham.

CERTO.

20 - CESPE - TRE PE - 2017

Incluem-se entre os bens do estado da Federação o mar territorial.

ERRADO.

21 - CESPE - TRE PE - 2017

Incluem-se entre os bens do estado da Federação os potenciais de energia hidráulica.

ERRADO.

22 - CESPE - Procurador Federal - AGU

**Os terrenos de marinha, assim como os seus terrenos
acrescidos, pertencem à União por expressa disposição
constitucional.**

CERTO

23 - CESPE - TJDFT

Conforme previsão constitucional, são bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

CERTO.

24 - CESPE - TJDFT

Conforme previsão constitucional, são bens da União os rios e lagos que banhem mais de um estado ou município, ou que se estendam a Estados estrangeiros ou que deles provenham.

ERRADO.

25 - CESPE - Consultor Legislativo – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ao descrever os biomas floresta amazônica brasileira, mata atlântica, serra do mar, pantanal mato-grossense e zona costeira como integrantes do patrimônio nacional, a Constituição Federal os inclui dentro do rol de bens da União.

ERRADO.

26 - CESPE – ANALISTA AMBIENTAL - ICMBio

O pantanal mato-grossense, assim como a floresta amazônica, a mata atlântica, a Serra do Mar e a zona costeira, de fato, foi declarado pela CF como patrimônio nacional, o que identifica a referida área também como bem da União.

ERRADO

Artigos 215 e 216, da CF88

Conforme dispõe o artigo 216, da CF88, constituem **PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO** os bens de natureza **MATERIAL E IMATERIAL**, tomados **individualmente ou em conjunto**, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, **nos quais se INCLUEM:**

- as formas de expressão;
- os modos de criar, fazer e viver;
- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O **Poder Público, com a colaboração da comunidade**, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de:

- ***INVENTÁRIOS,***
- ***REGISTROS,***
- ***VIGILÂNCIA,***
- ***TOMBAMENTO***
- ***DESAPROPRIAÇÃO, e***
- ***OUTRAS FORMAS DE ACAUTELAMENTO E PRESERVAÇÃO.***

1 - CESPE – Procuradoria - PGE AM

Na CF, constam bens do patrimônio cultural brasileiro e alguns instrumentos para sua proteção, tais como o inventário e a desapropriação.

CERTO.

2 - CESPE – Juiz Federal – TRF 5ª Região

As formas de acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro são previstas pela Constituição Federal de forma taxativa.

ERRADO.

3 - CESPE – Juiz Federal – TRF 5ª Região

Acerca das normas constitucionais de proteção ao meio ambiente cultural, julgue o item que se segue.

As manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e dos demais grupos participantes do processo civilizatório nacional estão constitucionais previstas como objeto de proteção estatal.

CERTO.

4 - CESPE - Museu - FUB

Com base na legislação de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, julgue o próximo item.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que é dever do Estado proteger as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras.

CERTO.

5 - CESPE – Procuradoria - PGDF

Acerca do patrimônio cultural e da proteção ambiental das terras indígenas, julgue o item que segue.

Em rol taxativo, a CF elenca os bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro, como os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

ERRADO.

6 - CESPE – Oficial de Chancelaria - MRE

Julgue o próximo item, que se refere aos diversos temas tratados pela Constituição Federal brasileira no título que trata da ordem social.

Não somente obras, edificações e outros espaços destinados às manifestações culturais podem ser considerados patrimônio cultural brasileiro, mas também objetos e documentos, como mapas e certidões.

CERTO.

7 - CESPE – Consultor de Orçamentos – SENADO FEDERAL

Ainda acerca da ordem social nos termos da Constituição da República de 1988, julgue o item abaixo.

O patrimônio cultural brasileiro constitui-se de bens materiais e imateriais, sendo que, por ditame constitucional, as chamadas formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira não podem ser incluídos como tal.

ERRADO.

TOMBAMENTO

Esquema 1

Esquema 2

Esquema 3

1 - CESPE – Procurador do Distrito Federal (PGDF)

São sujeitos ao tombamento apenas os bens culturais, ou seja, os que sejam produto da atividade do ser humano ou revelem a combinação da ação do ser humano com a natureza.

E

2 - CESPE – Procurador do Distrito Federal (PGDF)

A promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro é responsabilidade do poder público, com a colaboração da comunidade, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

C

3 - CESPE – Promotor de Justiça Substituto (MPE RR)

No que se refere ao Decreto-Lei n.º 25/1937 e às suas previsões acerca do instituto do tombamento, julgue os itens que se seguem.

O tombamento de imóvel pertencente a pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado será sempre voluntário.

E

4 - CESPE – Promotor de Justiça Substituto (MPE RR)

No que se refere ao Decreto-Lei n.º 25/1937 e às suas previsões acerca do instituto do tombamento, julgue o item que se segue.

Os imóveis tombados não podem ser destruídos, demolidos ou mutilados sem prévia autorização do serviço de proteção ao patrimônio cultural, mas podem ser reparados, pintados ou restaurados por ato de seu proprietário, sem necessidade de prévia autorização.

E

5 - CESPE – Promotor de Justiça Substituto (MPE RR)

No que se refere ao Decreto-Lei n.º 25/1937 e às suas previsões acerca do instituto do tombamento, julgue o item que se segue.

Depende de autorização prévia a construção, no entorno de imóvel ou de conjunto arquitetônico tombado, que venha, de alguma forma, a impedir ou reduzir a visibilidade do bem protegido; entretanto, anúncios ou cartazes, por serem de fácil remoção, podem ser colocados sem prévia autorização.

E

6 - CESPE – Engenharia Civil (CEF)

As legislações pertinentes a patrimônio histórico visam proteger o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. A respeito desse assunto, julgue o item subsequente.

Não são sujeitos a tombamento os sítios e paisagens, mesmo os com feições notáveis produzidas pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

E

7 - CESPE – Engenharia Civil (CEF)

As legislações pertinentes a patrimônio histórico visam proteger o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. A respeito desse assunto, julgue o item subsequente.

As coisas tombadas podem ser reparadas, pintadas ou restauradas, sem prévia autorização especial de órgão responsável pelo patrimônio histórico e artístico nacional.

E

8 – CESPE – Consultor Legislativo em Educação, Cultura e Desporto – Senado Federal

O tombamento pode ser feito pela União, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo governo estadual, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do estado ou pelas administrações municipais, utilizando leis específicas ou a legislação federal. Qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar, aos órgãos responsáveis pela preservação, o tombamento de bens culturais e naturais.

C

9 - CESPE – Arquiteto (CEF)

Acerca da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, com base no Decreto-Lei n.º 25/1937, as coisas tombadas não podem, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas; nem pintadas ou restauradas, sem prévia autorização especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

C

10 - CESPE – Arquiteto (CEF)

Com relação ao Decreto-Lei n.º 25/1937 é correto afirmar que:

Os negociantes de antiguidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a registro especial no IPHAN.

C

11 - CESGRANRIO – Analista de Pesquisa Energética: Meio Ambiente; Desenvolvimento Regional; Socioeconomia (EPE)

O patrimônio material protegido pelo IPHAN, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis e móveis. Nesse aspecto, são considerados bens móveis as coleções arqueológicas e acervos videográficos.

C

12 - CESGRANRIO – Arquitetura (BNDES)

O Patrimônio Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que a constituem, incluindo o meio ambiente natural.

Declaração de Caracas - 1992

A respeito das normas sobre patrimônio cultural, é correto afirmar que com o objetivo de avaliar a redução da visibilidade de um bem tombado, a construção de imóveis em seu entorno deve ser autorizada pela entidade responsável pelo tombamento, como também os bens tombados somente poderão ser reparados ou pintados com autorização da entidade responsável pelo tombamento.

C

13 - CESPE – Arquiteto (CEF)

Acerca da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, com base no Decreto-Lei n.º 25/1937, é correto afirmar que as coisas tombadas não podem ser destruídas, demolidas ou mutiladas, salvo mediante autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

E

14 - Arquitetura (BNDES)

Julgue a afirmativas a seguir sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a respeito do tombamento. De acordo o Decreto-Lei Nº 25/1937, é correto afirmar que o tombamento é voluntário ou compulsório quando for de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado, e voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

C

15 - CESPE – Arquiteto (CEF)

Mesmo que um determinado bem ou coisa tombada tenha sido inscrita em um dos quatro livros do tombo, seu proprietário pode solicitar e obter seu cancelamento, no caso de nem ele nem o órgão encarregado do patrimônio histórico e artístico nacional poder providenciar sua conservação e reparo.

C

16 - Procuradoria do Município de São Paulo

Tombamento é o procedimento administrativo por meio do qual o Poder Público sujeita alguns bens a restrições, cuja conservação seja de interesse público.

C

17 - (Analista Administrativo – ANA)

O tombamento tem por finalidade proteger o patrimônio cultural brasileiro; constitui uma restrição parcial da propriedade; e, em regra, não gera direito à indenização.

C

18 - (CESPE – Exame de Ordem)

Caso o tombamento importe em esvaziamento econômico do bem tombado, cria-se a obrigação de indenizar por parte do Estado.

C

19 - (CESPE – Defensor Público da União)
O tombamento só pode incidir sobre bens imóveis.

E

20 - (CESPE – Defensor Público - PI)

O tombamento somente poderá incidir sobre bens particulares, não havendo previsão legal para incidir sobre bens públicos.

E

21 - (CESPE – Promotor – RO)

O tombamento de imóvel pertencente a pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado será sempre compulsório.

E

22 - Analista Judiciário – TRT 7ª Região

O tombamento é medida sempre compulsória e definitiva.

E

23 - (CESPE – Defensor Público - PI)

Quanto à eficácia, o tombamento dos bens poderá ser provisório ou definitivo, mas nem sempre poderá gerar direito à indenização.

C

24 - Técnico de Nível Superior Jurídico – IPAC/BA

Os quatro Livros do Tombo são arqueológico, paisagístico, etnográfico, histórico e das artes aplicadas.

C

25 - CESPE – PROMOTOR DE JUSTIÇA – RR

O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado será sempre voluntário.

E

26 - CESPE – DEFENSOR PÚBLICO – ES

Todo tombamento constitui limitação perpétua e compulsória ao direito de propriedade em benefício do interesse coletivo.

E

27 - CESPE – MAGISTRATURA – Piauí

O tombamento pode ser voluntário ou compulsório, provisório ou definitivo, conforme a manifestação da vontade ou a eficácia do ato.

C

28 - CETRO - Cartório – RJ

A coisa tombada em nenhuma hipótese poderá sair do País.

E

29 - CESPE - PROMOTOR DE JUSTIÇA – MP PI

A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico.

C

30 - CESPE - Promotor de Justiça Substituto – MP RR - 2017

O bem de propriedade particular tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá sair do país se houver transferência de domínio. E

31 - CESPE - Promotor de Justiça Substituto – MP RR - 2017

O bem de propriedade particular tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá sair do país, por prazo indeterminado, desde que autorizado.

E

32 - CESPE – MAGISTRATURA FEDERAL da 3ª REGIÃO – 2016

Com prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, as coisas tombadas poderão ser mutiladas, vedado em todos os casos sua demolição ou destruição.

E

33 - CETRO – ARQUEÓLOGO – IPHAN

Coisas tombadas podem ser destruídas, demolidas ou mutiladas, com prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

E

OBRIGADO

PROF. ROSENVAL JUNIOR

SIGA – ME NO INSTAGRAM @PROFROSENVAL

FACEBOOK E YOUTUBE: ROSENVAL JÚNIOR



Estratégia

CONCURSOS